



BOLETIM

ENCCLA 2018

Estratégia Nacional de Combate à
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 53 – agosto de 2018



No dia 22 de agosto foi realizada a última edição do Evento Público Regional, proposto pela Ação 01/2018 da ENCCLA. Ao todo foram realizados cinco Eventos Públicos Regionais, em todas as cinco regiões do Brasil. Os eventos públicos regionais tiveram por objetivo principal ampliar a transparência pública e a participação social no combate à corrupção por meio da apresentação de propostas que possam servir como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção.

O Primeiro Evento Público Regional aconteceu em Curitiba, Paraná, na Universidade Federal do Paraná, e recebeu 25 propostas de Prevenção e de Combate à Corrupção. O Segundo Evento Público Regional ocorreu em Belém,

Pará, na Escola do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), e contou com 44 participantes que apresentaram 19 propostas de prevenção e de combate à corrupção. O Terceiro Evento Público Regional foi realizado em Brasília, em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e foram apresentadas 26 propostas, subdividas em: 16 no eixo temático prevenção, 6 no eixo detecção e outras 4 no eixo punição. O Quarto Evento Público Regional ocorreu em São Luís, Maranhão, na data de 31 de julho, com 8 propostas no eixo detecção, 28 no eixo prevenção e 2 no eixo punição. O Quinto e último Evento Público Regional realizou-se em Belo Horizonte, Minas Gerais, e, no total, foram recebidas 45 propostas: 25 no eixo prevenção, 14 no eixo detecção e 6 no eixo punição.

No dia 20 de agosto, finalizou-se também o prazo para o envio de ideias por meio da rede mundial de computadores. Foram apresentadas 53 propostas que se somarão às 153 propostas (91 no eixo da prevenção, 42 no eixo detecção e 20 no eixo punição) construídas durante os 05 eventos públicos e servirão como insumo para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção, após análise do Grupo de Trabalho da Ação 01/2018. Ao final do ano, em novembro, o Plano Nacional de Combate à Corrupção será apresentado para aprovação na XVI Reunião Plenária da ENCCLA.

Em agosto, ainda, foram retomadas também as reuniões dos Grupos de Trabalho das 11 Ações de 2018, após período de férias para diversos participantes das ações. Os colaboradores agora se empenham pela busca de resultados e finalização de relatórios das 11 Ações a serem entregues até o dia 28 de setembro.

Ocorreu também no dia 16 de agosto a terceira reunião do GGI, momento em que foram apresentados os andamentos das Ações de 2018 e iniciado o planejamento da Enccla 2019. Estiveram presentes nesta reunião o Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Gilson Libório de Oliveira Mendes, o Secretário Nacional de Justiça, Luiz Pontel de Souza, e a Diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Camila Colares Bezerra, bem como representantes dos diversos órgãos que compõem o GGI.

Na reunião, iniciaram-se as discussões para a realização da XVI Reunião Plenária da Enccla, que ocorrerá em novembro deste ano. Além disso, os representantes dos 22 órgãos que compõem o GGI foram convidados a apresentarem novas propostas de ações para 2019. O grupo aprovou, ainda, o ingresso do Ministério da Segurança Pública (MSP), do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), para comporem a Estratégia. A Secretaria Executiva propôs também critérios a serem definidos para representações dos estados, ressaltando a necessidade de fomentar o fortalecimento das redes estaduais e apresentando sugestões para alteração da estrutura da ENCCLA.

A próxima reunião do GGI está prevista para acontecer no dia 25/10.

Secretaria Executiva



CURTAS

Agenda de Reuniões e Eventos ENCCLA 2018

29/08/2018 - **5ª Reunião da Ação 11** - Coordenador: CONCP. Coordenador-Adjunto :SENASP. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, COAF, CONCP, MP/DFT, MP/MS, MP/PR, PC/RS, PC/SC, PC/SP, PF, REDE, REDE-LAB. Local: DRCl, às 14h30.

30/08/2018 - **6ª Reunião da Ação 10** - Coordenador: MPF. Coordenadores-Adjuntos: SPREV/PREVI. Colaboradores: AJUFE, ANPR, BB, BCB, CAIXA, Casa Civil/PR, CGU, COAF, CVM, MP/DFT, MP/MS, PF, PGE/BA, REDE, RFB, TCU. Local: DRCl, às 14h30.

04/09/2018 - **5ª Reunião da Ação 2** - Coordenador: AGU/AJUFE. Colaboradores: ADPF, ANAPE, ANPR, CGE/MG, CGM/SP, CJF, CNMP, CONACI, DRCl, GNCOC, INSS, MP/DFT, MP/MA, MP/PR, MP/SP, MPF, PC/RS, PF, PGFN, PGM/SP, REDE, RFB, SENAD, SENASP, SPREV/MF, TCU. Local: DRCl, às 09h30.

05/09/2018 - **6ª Reunião da Ação 8** - Coordenador: RFB. Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, ANAPE, BB, BCB, BNDES, Casa Civil/PR, CAIXA, CGU, CJF, COAF, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MP/DFT, MP/MS, MP/RJ, MP/SP, MP/SC, MPF, MRE, PC/RS, PC/SP, PF, PGFN, PREVIC, RFB, SENASP, SUSEP, TSE. Local: DRCl, às 09h30.

05/09/2018 - **5ª Reunião da Ação 3** - Coordenador: MPT. Colaboradores: AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ATRICON, CGA/SP, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, CGU, COAF, CONACI, GNCOC, MPC/RS, MP/DFT, MP/PB, MP/MS, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPF, PF, PGE/BA, PGE/RS, REDE, RFB, SEGES/MP, TCU. Local: DRCl, às 14h30.

11/09/2018 - **5ª Reunião da Ação 5** - Coordenador: MPF. Coordenador-Adjunto: CNMP. Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, BCB, BNDES, CADE, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CJF, CONACI, CVM, DREI/SEMPE, FEBRABAN, GNCOC, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/PR, MPT, PF, PGFN, PG/DF, REDE, PREVIC, SUSEP. Local: DRCl, às 09h30.

11/09/2018 - **6ª Reunião da Ação 7** - Coordenador: COAF. Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, BB, BCB, BNDES, CAIXA, CGU, DREI/SEMPE, FEBRABAN, GNCOC, MP/DFT, MP/MA, MP/MS, MPF, PF, PGFN, RFB, SENASP, SUSEP, TSE. Local: DRCl, às 14h30.

11/09/2018 - **6ª Reunião da Ação 11** - Coordenador: CONCP. Coordenador-Adjunto: SENASP. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, COAF, CONCP, MP/DFT, MP/MS, MP/PR, PC/RS, PC/SC, PC/SP, PF, REDE, REDE-LAB. Local: DRCl, às 14h30.

18/09/2018 - **7ª Reunião da Ação 10** - Coordenador: MPF. Coordenadores-Adjuntos: SPREV/PREVI. Colaboradores: AJUFE, ANPR, BB, BCB, CAIXA, Casa Civil/PR, CGU, COAF, CVM, MP/DFT, MP/MS, PF, PGE/BA, REDE, RFB, TCU. Local: DRCl, às 14h30.

19/09/2018 - **7ª Reunião da Ação 1** - Coordenador: DRCl. Coordenadores-Adjuntos: AGU e MPF. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, CAIXA, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CGA/SP, CGA/SP, CGE/MG, CGM/Guarulhos, CGM/SP, CGU, CNMP, COAF, CONACI, CONCP, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MD, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPM, MPT, PF, PG/DF, PGE/BA, PGE/RS, PGFN, PREVIC, REDE, RFB, SECONT/ES, SEGOV/PR, SENASP, SPREV/MF, SUSEP, TCU, TSE. Local: DRCl, às 09h30.

19/09/2018 - **6ª Reunião da Ação 6** - Coordenador: CNMP/CGU. Coordenadores-Adjuntos: SEGOV/PR. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, Caixa, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, COAF, CONACI, CVM, DRCl, FEBRABAN, GNCOC, INSS, MD, MDIC,

MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/PI, MP/RN, MP/SC, MPF, MPM, MPT, PF, PGE/BA, PREVIC, REDE, RFB, SEGES/MP, SENASP, TCU, TSE. Local: DRCI, às 14h30.

21/09/2018 - **6ª Reunião da Ação 9** - Coordenador: BCB/MPF. Colaboradores: AGU, AJUFE, BB, CADE, Casa Civil/PR, CG/DF, CGU, CJF, CNMP, COAF, CONCPC, CVM, GNCOC, MP/DFT, MPM, MRE, PC/SP, PF, PREVIC, REDE-LAB, SENASP, SUSEP, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

Conheça as Ações Enccla 2018

- Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os integrantes da Enccla. Contato: comunica.enccla@mj.gov.br



Ministério da Justiça - MJ

Enccla recebe propostas da sociedade para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

As contribuições serão analisadas e utilizadas como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção



Brasília, 22/08/2018 - Após passar pelas cidades de Curitiba (PR), São Luís (MA), Belém (PA) e Brasília (DF); o Encontro Público Regional da Ação 01/2018 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) chegou, hoje (22/08), em Belo Horizonte (MG), a sua última edição.

O objetivo dos encontros foi obter contribuições da sociedade, que servirão de diretrizes para o enfrentamento do crime no Brasil pela Enccla ou por instituições envolvidas com a temática nos diversos poderes e esferas da Federação. Os participantes tiveram a oportunidade de apresentar propostas concretas em um dos eixos temáticos da Enccla: prevenção, detecção ou punição.

No total, foram recebidas 153 propostas, sendo 91 no eixo da prevenção, 42 no eixo detecção e 20 no eixo punição. Elas serão analisadas pelo grupo de trabalho da Ação 1/2018 da Enccla e utilizadas como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção, que será apresentado para aprovação na Reunião Plenária da Enccla, prevista para novembro próximo.

Entenda mais sobre a Enccla

Instituída em 2003, sob a coordenação do Ministério da Justiça por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/MJ), a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) é formada por 95 órgãos e entidades, dos três poderes da República, Ministérios Públicos que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. “A Estratégia intensifica o combate a esses crimes porque soma a expertise de diversos parceiros em prol do Estado brasileiro”, explica a coordenadora-geral de articulação institucional do DRCI, Silvia Amélia Fonseca de Oliveira.

Destacam-se, dentre os resultados alcançados pela Enccla: o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), a Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB), o Sistema de Movimentação Bancária (Simba), a iniciativa de padronização do layout para quebra de sigilo bancário e a posterior criação do Cadastro Único de Correntistas do Sistema Financeiro Nacional (CCS), proposições legislativas que resultaram na promulgação de leis importantes para o país - tais como a Lei 12.683/12, que altera dispositivos da lei que dispões sobre o crime de lavagem de dinheiro.

[Enccla realiza quinto evento público para construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção](#)

Estão abertas as inscrições para o evento público regional da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro em Belo Horizonte-MG.



Brasília, 08/08/2018 – Participe do evento público da Região Sudeste promovido pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), em Belo Horizonte-MG, no dia 22 de agosto. O encontro irá discutir, junto à sociedade, propostas para a consolidação do Plano Nacional de Combate à Corrupção. As [inscrições](#) são gratuitas e podem ser realizadas por formulário online.

O evento será realizado em parceria com a Controladoria Geral da União no Estado de Minas Gerais (CGU-MG), em Belo Horizonte. A iniciativa faz parte do desenvolvimento da Ação 1/2018 da Enccla, que irá elaborar e aprovar o Plano Nacional de Combate à Corrupção. O objetivo da ação é obter contribuições para propor diretrizes visando o enfrentamento do crime no Brasil pela Enccla ou por instituições envolvidas com a temática nos diversos poderes e esferas da Federação.

O Grupo de Trabalho que executa a Ação realizou outros quatro encontros, em cada uma das regiões do país, com o objetivo de obter contribuições para o enfrentamento da corrupção. Foram realizados eventos públicos em Curitiba/PR, Belém/PA, Brasília/DF e São Luís/MA, nos quais foram apresentadas propostas que podem servir de base para o encaminhamento das novas contribuições dos participantes da região Sudeste.

Durante o evento, devem ser apresentadas propostas concretas de enfrentamento à corrupção em um dos Eixos da Enccla – prevenção, detecção ou punição – para o enfrentamento aos crimes de corrupção e de lavagem de

dinheiro. Para participar basta preencher o formulário de inscrições e aguardar orientações para o encaminhamento da proposta que será discutida e apresentada durante o evento.

As propostas recebidas serão validadas pelo grupo de trabalho da Ação 1/2018 da Enccla e utilizadas como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção, que será apresentado à Plenária da Enccla, em novembro deste ano.

Acesse aqui a programação do evento e faça sua inscrição.

Serviço

Evento Público Regional Sudeste – Ação 1/2018 da Enccla - Plano Nacional de Combate à Corrupção

Data: Quarta-feira, 22/8

Horário: 9h às 18h

Local: Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais (CGU-MG)

Endereço: Rua dos Timbiras nº 1.778, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG.

Inscrições gratuitas. Vagas limitadas à lotação do auditório.

[Gabinete de Gestão Integrada da Enccla realiza terceira reunião](#)

Reunião teve como objetivo acompanhar a execução das 11 Ações desenvolvidas em 2018 pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla).



Brasília, 16/08/2018 - Foi realizada, nesta quinta-feira (16), a terceira reunião de 2018 do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O evento destina-se ao acompanhamento da execução das 11 Ações da Enccla e contou com a participação do secretário Executivo, Gilson Libório de Oliveira Mendes, do secretário Nacional de Justiça, Luiz Pontel de Souza, e da diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Camila Colares Bezerra.

Estiveram presentes representantes dos diversos órgãos que compõem o GGI como: Receita Federal do Brasil, Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda (COAF/MF), Polícia Federal, Ministério Público Federal (MPF), Tribunal de Contas da União (TCU), dentre outros.

Na ocasião, foram iniciadas as discussões para a realização da 16ª Reunião Plenária da Enccla, que ocorrerá em novembro deste ano. Além disso, os representantes dos 22 órgãos que compõem o GGI foram convidados a apresentarem novas proposta de ações para 2019. O grupo aprovou, ainda, o ingresso do Ministério da Segurança Pública (MSP), do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), para comporem a Estratégia.

O Gabinete de Gestão Integrada – GGI consiste em um grupo de órgãos e entidades específicos que se reúnem a cada três meses para realizar o acompanhamento da execução das ações da Enccla. No âmbito do GGI, há dois grupos: combate à corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro, com o objetivo de propor ações que serão debatidas na Reunião Plenária.

A próxima reunião do GGI está prevista para acontecer no dia 25/10.

Sociedade civil pode propor ações de combate à corrupção

Publicado em ago 13, 2018

A sociedade poderá contribuir com sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção que será lançado em breve pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). As propostas, que serão recebidas até o dia 20 de agosto, poderão ser utilizadas em ações concretas do poder público.

De acordo com o representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil na Enccla, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, a iniciativa é uma importante ferramenta que se coloca para a participação efetiva da cidadania. “De um lado, busca-se aprimorar a gestão e a governança; por outro, sancionar as práticas corruptas”, disse.

Para participar, os interessados devem preencher o formulário disponível na internet (https://docs.google.com/forms/d/1vHEI_8gYRmvSnLLdvufzQ2ynyXFRkJgwDy-LTKfomg/viewform?edit_requested=true). No documento, é preciso redigir a proposta de ação, justificá-la, dizer quais são os resultados esperados e indicar o prazo em que ela deve ser implementada. Em seguida, deve-se escolher o eixo e a linha de atuação.

As propostas são divididas em três eixos: Prevenção (iniciativas para evitar a ocorrência de atos de corrupção), Detecção (ações para melhor identificação e controle de atos de corrupção) e Punição (voltadas à investigação e aplicação de sanções e/ou penas a quem praticou atos de corrupção). E podem se enquadrar nas seguintes linhas: Formação e capacitação de agentes públicos; Estruturação de órgãos/entidades; Implementação de sistemas ou compartilhamento de dados; Produção e divulgação de conhecimento e Normatização/regulação.

A Estratégia Nacional é formada por 90 órgãos dos três Poderes, além do Ministério Público, Tribunais de Contas e sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a irregularidades na administração pública. Entre os resultados alcançados pela Estratégia, destacam-se: elaboração de marcos legais para a prevenção e coibição da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado; capacitação de agentes públicos para prevenção desses crimes; e implementação de sistemas de acompanhamento e monitoramento de movimentações financeiras irregulares. A Associação Nacional dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) integra a Enccla desde 2013 e atua em caráter de colaboração nas Ações 1, 3, 4 e 6.

Fonte: Com informações do Ministério da Justiça.

TCE-PB incentiva cidadão a participar do combate à corrupção

Publicado em ago 15, 2018

TCE-PB incentiva cidadão a participar do combate à corrupção: As propostas serão recebidas até o próximo dia 20 e poderão ser utilizadas em ações concretas do poder público

A sociedade poderá contribuir com sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção que será lançado em breve pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), entidade da qual o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba participa por meio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). As propostas serão recebidas até a próxima segunda-feira (20) e poderão ser utilizadas em ações concretas do poder público.

De acordo com o representante da Atricon na Enccla, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Cezar Miola, a iniciativa é uma importante ferramenta que se coloca para a participação efetiva da cidadania: “De um lado, busca-se aprimorar a gestão e a governança; por outro, sancionar as práticas corruptas”.

Para participar, os interessados devem preencher o formulário disponível na internet. No documento, é preciso redigir a proposta de ação, justificá-la, dizer quais são os resultados esperados e indicar o prazo em que ela deve ser implementada. Em seguida, deve-se escolher o eixo e a linha de atuação.

CLIQUE AQUI :

https://docs.google.com/forms/d/1vHEI_8gYRmvSnLLdvufzQ2ynyXFRkJgwDy-LTKfomg/viewform?edit_requested=true

O que é a ENCCLA?

A *Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro* é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, e para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate àqueles crimes.

O trabalho é concretizado nas chamadas Ações, que são elaboradas e pactuadas anualmente pelos membros da ENCCLA. Para cada uma delas, cria-se um grupo de trabalho composto por vários órgãos e instituições, que se reunirão durante o ano para desenvolver um ou mais produtos definidos como resultado para a Ação.

Saiba mais sobre a Ação 01/2018:

Em 2018, a ENCCLA executa 11 Ações, dentre elas a Ação 01/2018, proposta pelo Ministério Público Federal e aprovada na XV Reunião Plenária, que irá elaborar e aprovar o *Plano Nacional de Combate à Corrupção*. Para a construção do Plano, ouvir a sociedade é um passo fundamental. Ao final do ano, em novembro, o Plano será apresentado para aprovação na XVI Reunião Plenária da ENCCLA.

Como a sociedade pode participar?

O Grupo de Trabalho que executa a Ação tem realizado Eventos Públicos em cada uma das Regiões do país, para obter contribuições para o enfrentamento da corrupção. Foram realizados eventos públicos em Curitiba/PR, Belém/PA e Brasília/DF, nos quais foram apresentadas propostas divididas em três eixos. [Acesse as propostas já apresentadas.](#)

Conhecendo as propostas que já foram recebidas, a sociedade ainda pode contribuir, apresentando novas ideias a serem analisadas pelo Grupo de Trabalho da Ação 01/2018 da ENCCLA. As propostas serão utilizadas como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção, não estando a ENCCLA obrigada à aceitação em sua integralidade.

Conselho Nacional do Ministério Público

[Em parceria com outras instituições, CNMP e MP/PB realizam o HackFest 2018](#)

O HackFest é um evento de tecnologia para o incremento da participação social no enfrentamento à corrupção
Publicado em 15/8/18, às 12h49.



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Enfrentamento à Corrupção (CEC), e o Ministério Público do Estado da Paraíba (MP/PB) realizam, em parceria com seis instituições e o apoio de diversas outras, o HackFest Por uma Sociedade Politicamente Participativa, que acontece do dia 16 a 19 de agosto, na Estação Cabo Branco, em João Pessoa, Paraíba.

O HackFest é um movimento tecnológico que objetiva gerar conhecimento para ampliar a participação social na política, no controle e no enfrentamento à corrupção.

Entre as atividades da programação do HackFest 2018 estão as palestras, oficinas e painéis, em que os presentes poderão acompanhar debates de grandes nomes nas áreas de combate à corrupção, finanças públicas, transparência e motivação para mudança.

O evento central é a “Maratona Hacker de Programação”, em que há mobilização coletiva de profissionais e estudantes de diversas áreas correlatas à gestão pública, controle e participação social – como tecnologia da informação, economia, contabilidade, administração, direito, engenharia, gestão, governança, entre outros. Juntos, eles conjugarão esforços para o desenvolvimento, produção e disponibilização de soluções tecnológicas avançadas, como aplicativos, jogos, plataformas e programas que venham a promover conscientização social e instrumentar a sociedade para efetiva participação na política e na gestão pública, bem como para realizar o controle social de políticas e gastos públicos.

Além da maratona de programação, nesta edição do HackFest haverá uma maratona de criação de projetos de lei de iniciativa popular, denominada “Virada Legislativa”. Os projetos criados serão adicionados ao “Mudamos”, um aplicativo do Instituto de Tecnologia e Sociedade do RJ-ITS que permite a assinatura digital de projetos de lei de iniciativa popular.

O presidente da CEC, conselheiro do CNMP Silvio Amorim, estará presente no evento, junto a membro auxiliar da comissão, Luciana Ásper. "Ficamos honrados em apoiar iniciativas inovadoras, como o HackFest, que oportunizam a participação concreta da sociedade civil no enfrentamento à corrupção, mediante a construção de ferramentas tecnológicas para o incremento do controle social. Além disso, a CEC fomenta o uso da tecnologia da informação para o combate à corrupção", falou Silvio Amorim.

O evento é aberto a qualquer cidadão interessado, com inscrição gratuita.

Informações adicionais e inscrições poderão ser obtidas mediante acesso ao endereço eletrônico <http://www.hackfest.com.br/> ou clique aqui para fazer a inscrição.

Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção

O HackFest foi uma das iniciativas selecionadas pelo Banco de Propostas do #TodosJuntosContraCorrupção, realizado pela Ação 6 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), sob a coordenação do CNMP, no ano de 2017.

Saiba mais em todosjuntoscontracorrupcao.gov.br

Comissão de Enfrentamento à Corrupção

A CEC foi criada por meio da Resolução CNMP nº 185/2018, por iniciativa do conselheiro Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, atual presidente, eleito pelo Plenário.

Prevista para funcionar pelo período de dois anos, a CEC destina-se a fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à corrupção e tornar ainda mais eficiente a articulação voltada ao desenvolvimento de estratégias direcionadas ao aprimoramento da correspondente atuação do Ministério Público.

[Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul](#)

[Conselheiro do TCE-RS apresenta ações de entidades em reunião de Presidentes](#)

Data de Publicação: 02/08/2018 16:03

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), Cezar Miola, apresentou ações desenvolvidas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) durante a reunião de presidentes de órgãos de controle realizada no dia 26 de julho, em São Paulo.



No encontro, realizado na sede do Tribunal de Contas do Município de SP (TCM-SP), o conselheiro Cezar Miola, entregou o relatório do Grupo de Trabalho (GT) Atricon-IRB para o acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). “O GT tem como objetivo atuar de forma propositiva, de modo a garantir o direito fundamental à educação”, afirmou. Entretanto, Miola ressaltou que o país ainda está longe de alcançar as metas estabelecidas. O Brasil possui 11,8 milhões de analfabetos e 10 milhões de crianças e adolescentes até 17 anos fora de creches e escolas.

Nessa mesma ocasião, o conselheiro Miola apresentou uma proposta de correspondência, a ser encaminhada pelos Tribunais de Contas aos Municípios sob sua jurisdição, com o objetivo de induzir as ações junto a gestores e legisladores. Um ponto destacado é a disponibilização do TC educa como instrumento de controle social. Outro tema destacado foi a necessidade de se chamar a atenção para o processo de elaboração e votação dos orçamentos, agora em curso, oportunidade para se alocar recursos destinados visando ao cumprimento das metas do PNE. Além disso, com essa mensagem, pretende-se que os TCs também alertem para o fato de mais de 3 mil municípios brasileiros terem investido, entre 2012 e 2017, quase R\$ 7 bilhões nos ensinos médio e superior, mesmo não tendo, muitos deles, cumprido a meta de universalizar o atendimento de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola até 2016 (conforme a LDB, essa prática só pode ocorrer depois de plenamente atendidas as responsabilidades locais com a educação infantil e o ensino fundamental, e com verbas além do mínimo previsto constitucionalmente).

Cezar Miola expôs ainda as ações desenvolvidas pelos Tribunais na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Entre as iniciativas, está a participação na elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção (PNCC) que será lançado pelo colegiado. A Atricon oficiou os TC’s solicitando apoio na divulgação das audiências públicas regionais do PNCC e a indicação de participantes. Outro tema abordado foi a atuação dos Tribunais em relação à Lei nº 13.460, que trata da defesa e proteção dos direitos dos usuários do serviço público.

Na oportunidade, o coordenador da Subsecretaria de Fiscalização e Controle da do TCM-SP, Dilson Ferreira da Cruz, fez uma demonstração da ferramenta IRIS (Informações e Relatórios de Interesse Social), que coloca ao alcance do cidadão informações sobre o orçamento do município por tipo de despesa, por região, comparativo entre diferentes períodos, número e descritivo de licitações abertas, contratos e convênios assinados.

No encerramento do encontro, o conselheiro presidente do TCM-SP, João Antonio da Silva Filho, ressaltou a importância da cooperação e do compartilhamento de informações entre as Cortes de Contas. “Há temas que dizem respeito a todos nós, como educação, saúde, segurança e combate à corrupção. Por isso, devemos estabelecer diretrizes unificadas, ao invés de ações fragmentadas”, disse.

Audiodescrição: A imagem mostra o conselheiro Cezar Miola, posicionado atrás de um púlpito de acrílico transparente. Ele apoia as mãos sobre o púlpito e fala em um microfone, que está à sua esquerda. O conselheiro usa óculos e veste terno cinza, camisa branca e gravata vinho (fim da descrição).



A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) promoveu, nesta terça-feira, 31 de julho, o quarto evento público regional (Região Nordeste), no Ministério Público do Maranhão, no auditório da sede da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ). O evento contou com a participação da sociedade civil, de agentes públicos e cidadãos que foram contribuir com ideias e propostas para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção.

A iniciativa faz parte da Ação 1 da Enccla, coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), juntamente com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério Público Federal (MPF).

Presente ao evento e membro da mesa de abertura, o presidente do TCE-MA, conselheiro Caldas Furtado, destacou a participação do tribunal maranhense na Enccla. "Satisfação por ver o papel do controle externo reconhecido nessa luta e dever cívico por termos a noção exata da grandeza de sua grandeza, da importância crucial desse bom combate para que possamos nos construir em definitivo como nação ativa e soberana", afirmou.

As sugestões puderam ser apresentadas nos eixos prevenção, detecção ou punição – para o enfrentamento dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. As propostas recebidas serão validadas pelo grupo de trabalho da Ação 1/2018 da Enccla e serão utilizados como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção. Ao final do ano, em novembro, o Plano será aprovado e apresentado durante a Reunião Plenária Nacional da Enccla.

O diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça, delegado da Polícia Federal Luís Ungaretti Godoy, também participou da mesa e enfatizou o papel do cidadão no combate à corrupção. "O cidadão muitas vezes não tem voz. Neste período de pré-campanha eleitoral já vemos as coligações partidárias envolvidas em defesa de interesses que não são os da população. O que fazemos aqui, hoje, é um pequeno início em que convidamos a sociedade civil a fim de que explicitem sugestões concretas de combate à corrupção. E essas propostas serão levadas com toda a legitimidade ao grupo de trabalho", frisou Ungaretti Godoy.

O procurador-geral de Justiça, Luis Gonzaga Martins Coelho, encerrou as falas na mesa de abertura. "Sabemos, por informações do próprio TCU, membro do Enccla, que o Maranhão é campeão de corrupção. Também não é segredo para ninguém que temos o pior IDH do Brasil. Este dia é mais um desafio para não esmorecermos e

continuarmos com esperança de melhorarmos nossos índices. O MP-MA tem feito sua parte. Somos o 1º lugar em combate à corrupção entre todos os MPs do Brasil”, enfatizou o procurador.

Ainda compuseram a mesa, o corregedor-geral do MPMA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão, Tarcísio José Sousa Bonfim, o procurador da União, Fabrício Santos Dias, e o procurador da República, José Raimundo Leite Filho. Após a dissolução da mesa, o diretor do DRCI, Luís Ungaretti Godoy, apresentou a metodologia de trabalho adotada pela Enccla.

Enccla - A Estratégia Nacional é formada por 90 órgãos dos três Poderes, além do Ministério Público, tribunais de contas e sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a irregularidades na administração pública. Entre os resultados alcançados pela Estratégia, destacam-se: elaboração de marcos legais para a prevenção e coibição da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado; capacitação de agentes públicos para prevenção desses crimes; e implementação de sistemas de acompanhamento e monitoramento de movimentações financeiras irregulares.

Antes de São Luís, o colegiado já realizou eventos públicos regionais em Curitiba, Belém e em Brasília. Também está disponibilizada uma consulta via internet até o dia 20 de agosto com o objetivo de coletar novas propostas da sociedade. O último encontro está programado para agosto, em Belo Horizonte.

Ministério Público do Estado do Maranhão

Evento público regional do Enccla é realizado no MPMA

Publicado em 31 Julho 2018

Objetivo foi colher propostas para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção



Solenidade de abertura contou com representantes de instituições que atuam no combate à corrupção



Trabalho do MPMA foi destacado por Luiz Gonzaga Martins Coelho



Luiz Roberto Ungaretti enfatizou esforço conjunto de instituições



Público prestigiou o evento



Metodologia de trabalho foi apresentada pela coordenadora da ação, Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira

Na manhã desta terça-feira, 31, foi realizado, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, o evento público regional da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que reuniu membros do Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Federal e Advocacia Geral da União, além de representantes da sociedade civil. A ação teve o objetivo de discutir propostas para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção.

A capital do Maranhão é a quarta cidade a receber a audiência. Anteriormente, o evento passou por Curitiba, Belém e Brasília. Antes da plenária final para a aprovação do plano, prevista para o final do ano, a ação será realizada em Belo Horizonte.

A Enccla é uma rede criada em 2003 que reúne atualmente 95 órgãos e instituições cuja finalidade é construir políticas públicas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

No discurso de abertura, o procurador-chefe da União no Maranhão, Fabrício Santos Dias, reafirmou o objetivo do encontro que é contribuir para a elaboração do Plano Nacional do Combate à Corrupção, colhendo propostas da sociedade civil.

Ele ressaltou que, de acordo com dados do Tribunal de Contas da União (TCU), o Maranhão é um dos estados mais corruptos do Brasil. "Curiosamente, o evento é realizado aqui, sendo que 10% dos acórdãos do TCU se direcionam contra gestores ímprobos maranhenses".

Fabrício Santos Dias acrescentou que, para melhor combater a corrupção, é preciso o engajamento da sociedade por meio da implementação de uma cultura de boa governança ética, aumento da transparência pública, fortalecimento e articulação das instituições de combate à corrupção, entre outros fatores. "Tenho certeza que, neste evento, temos uma excelente oportunidade de debater sobre o tema da corrupção".

O diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, diretor da Enccla, igualmente destacou que a reunião possibilita à sociedade civil contribuir no combate à corrupção. "Temos que mostrar para os governantes e, especialmente, para os políticos que temos força e que podemos propor ações concretas, porque estamos cansados desse cenário extremamente negativo", disse.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, lembrou que o Maranhão ostenta os piores indicadores sociais do país, sendo este problema uma consequência direta da corrupção. "É devido a esta prática, que desaparece o dinheiro que deveria estar nas escolas, nos hospitais, na infraestrutura dos municípios pobres deste estado e de outros lugares do Brasil".

O chefe do MPMA ressaltou ainda que o evento proporciona a construção de um plano efetivo de combate à corrupção. "Estamos aqui para levantar propostas concretas e ouvir a sociedade civil. Nós vamos fazer a nossa parte", enfatizou.

Também se pronunciou no evento o procurador-chefe da República no Maranhão, José Raimundo Leite Filho. Ele ressaltou a importância da Enccla para o combate aos desvios de recursos e demais irregularidades relacionadas ao tema no Brasil. "No país, por excelência, a Enccla tem estimulado o debate, a implementação e a concretização de medidas contra corrupção e a lavagem de dinheiro".

Do Ministério Público do Maranhão, igualmente estiveram presentes na abertura, o corregedor-geral do MPMA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão, Tarcísio José Sousa Bonfim.

Compôs ainda a mesa o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), José de Ribamar Caldas Furtado.

METODOLOGIA

Após a abertura, representantes da Enccla detalharam a metodologia de trabalho do evento. Participaram da explanação a coordenadora da ação, Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira (coordenadora-geral de articulação institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça), e as coordenadoras-adjuntas Ana Paula Mantovani (procuradora-regional da República – MPF) e Laura Fernandes de Lima e Lira (advogada da União – AGU), além de Alessandro Jannucci (procurador Federal – AGU).

Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira explicou que o trabalho anual da Enccla é sempre encerrado com uma plenária final, no mês de novembro, quando são avaliadas as ações implementadas durante o ano e são elencadas as propostas a serem aplicadas no ano seguinte. "As propostas sempre são direcionadas para a prevenção, que visa a evitar os atos de corrupção; detecção, que objetiva identificar e controlar as práticas; e punição, cuja finalidade é aplicar penalidades".

A construção do plano terá como referências o diagnóstico dos trabalhos já realizados, iniciativas já existentes no Brasil, iniciativas internacionais, compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e a participação da sociedade.

Entre as propostas de combate à corrupção já elencadas pela sociedade civil estão: capacitação de gestores

públicos, limitação de cargos comissionados, critérios de provimento de cargos públicos, existência de canal de comunicação e capacitação da sociedade para atuar no controle.

Redação: Eduardo Júlio (CCOM-MPMA)

Fotos: Johelton Gomes (CCOM-MPMA)

Tribunal de Contas do Estado de Alagoas

[TCE/AL participou de discussões sobre plano nacional de combate à corrupção](#)

Publicado em: 31/07/2018 às 21:45:24



O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, representado pelo conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito, Ouvidor-geral, participou de evento regional promovido pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), ocorrido na sede do Ministério Público do Maranhão, em São Luiz.

As propostas recebidas e discutidas durante o encontro, após validação pelo grupo de trabalho “Ação 1/2018”, da Enccla, integrarão o Plano Nacional de Combate à Corrupção, a ser apresentado, em novembro deste ano, durante a Reunião Plenária Nacional da entidade.

A Enccla é formada por 90 órgãos dos três Poderes, além do Ministério Público, Tribunais de Contas e sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate às irregularidades na administração pública. Atua também na capacitação dos colaboradores que buscam coibir os crimes de desvio e de lavagem dos dinheiros públicos.

Instituto Ética Saúde

[Instituto Ética Saúde participa de reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro](#)

Publicado em 13 de agosto de 2018



O diretor executivo do IES, Carlos Eduardo Gouvêa e o presidente do Conselho de Ética do IES, Antônio Fonseca participaram no dia 07, da reunião da Ação 5/2018 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, em Brasília. Nesta reunião foram apresentadas e discutidas propostas de alteração normativa a fim de criminalizar a corrupção privada e de punições não restritas no âmbito criminal. A Ação 5/2018 tem por objetivo elaborar propostas de medidas voltadas ao combate a corrupção privada, conforme o convite da Secretaria Executiva da organização, que é coordenada pelo Ministério da Justiça. Entre as linhas de atuação, pretende-se fomentar a criação de regras de COMPLIANCE nas empresas, para combate à corrupção privada, por meio da indicação de diretrizes sobre programas de integridade.

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Sociedade civil pode propor ações de combate à corrupção

Publicado em 13 de agosto

A sociedade poderá contribuir com sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção que será lançado em breve pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). As propostas, que serão recebidas até o dia 20 de agosto, poderão ser utilizadas em ações concretas do poder público.

De acordo com o representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil na Enccla, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, a iniciativa é uma importante ferramenta que se coloca para a participação efetiva da cidadania. “De um lado, busca-se aprimorar a gestão e a governança; por outro, sancionar as práticas corruptas”, disse.

Para participar, os interessados devem preencher o formulário disponível na internet (https://docs.google.com/forms/d/1vHEI_8gYRmvSnLLdvufzQ2ynyXFRkJgwDy-LTKfomg/viewform?edit_requested=true). No documento, é preciso redigir a proposta de ação, justificá-la, dizer quais são os resultados esperados e indicar o prazo em que ela deve ser implementada. Em seguida, deve-se escolher o eixo e a linha de atuação.

As propostas são divididas em três eixos: Prevenção (iniciativas para evitar a ocorrência de atos de corrupção), Detecção (ações para melhor identificação e controle de atos de corrupção) e Punição (voltadas à investigação e aplicação de sanções e/ou penas a quem praticou atos de corrupção). E podem se enquadrar nas seguintes linhas: Formação e capacitação de agentes públicos; Estruturação de órgãos/entidades; Implementação de sistemas ou compartilhamento de dados; Produção e divulgação de conhecimento e Normatização/regulação.

A Estratégia Nacional é formada por 90 órgãos dos três Poderes, além do Ministério Público, Tribunais de Contas e sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a irregularidades na administração pública. Entre os resultados alcançados pela Estratégia, destacam-se: elaboração de marcos legais para a prevenção e coibição da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado; capacitação de agentes públicos para prevenção desses crimes; e implementação de sistemas de acompanhamento e monitoramento de movimentações financeiras irregulares. A Associação Nacional dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) integra a Enccla desde 2013 e atua em caráter de colaboração nas Ações 1, 3, 4 e 6.

Fonte: Com informações do Ministério da Justiça.

Secretaria de Previdência – Ministério da Fazenda

COMBATE À CORRUPÇÃO

ENCCLA realiza encontro em Belo Horizonte no próximo dia 22

Publicado: 09/08/2018 20:08

Evento será aberto ao público e receberá sugestões para o Plano Nacional de Combate à Corrupção

Da Redação (Brasília) – A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), da qual a Secretaria de Previdência faz parte, realiza no próximo dia 22 de agosto, em Belo Horizonte (MG), mais um encontro regional para ajudar a elaborar o Plano Nacional de Combate à Corrupção. O evento ocorrerá na Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais (CGU-MG).

A série de eventos regionais começou em junho, em Curitiba (PR). A ideia é que participem agentes públicos e cidadãos interessados em apresentar propostas para a elaboração do Plano. O encontro será aberto ao público e as inscrições, gratuitas (pelo site do Ministério da Justiça).

Sob a coordenação do Ministério da Justiça, a ENCCLA é formada por mais de 90 órgãos dos Três poderes da República, dos Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Serviço:

Evento: Encontro regional da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)

Data: 22 de agosto de 2018

Horário: 08h às 18h

Endereço: Rua dos Timbiras, nº 1.778, bairro Funcionários, Belo Horizonte (MG)

Inscrição: gratuita (vagas limitadas), pelo site do Ministério da Justiça

Tribunal de Contas do Estado do Acre

[Seminário reúne especialistas para discutir o aprimoramento do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro](#)

Publicado em 16 Agosto 2018

Evento contará com a presença de cerca de 120 convidados



Com o objetivo de aprimorar a produção de informações relacionadas à prevenção e ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, capacitando colaboradores de órgãos Estaduais e Federais, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), realizará, nos dias 21 e 22 de agosto, das 9h às 18h, no Auditório Tancredo Neves, o VII Seminário de Análise Financeira da Rede Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede LAB-LD).

O evento contará com a presença de cerca de 120 convidados entre analistas de informações de órgãos de persecução criminal como, por exemplo: Polícias Civis, Federal e Ministérios Públicos, além da Receita Federal do Brasil (RFB), Tribunal de Contas da União (TCU) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Nesta edição, haverá a participação de palestrantes das seguintes instituições: Tribunal de Contas da União (TCU), Receita Federal do Brasil (RFB), Polícia Federal, Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro do Ministério Público da Bahia (LAB-LD MPBA), Mastercard e Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/SNJ). Entre os assuntos que serão abordados estão: funcionamento do setor de pagamentos, regulação e combate a fraudes, cartões de crédito, moedas eletrônicas, blindagem patrimonial e ocultação de bens.

O Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) é resultado da meta 16 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla 2006, que previa a necessidade de “implantar

laboratório modelo para a aplicação de soluções de análise tecnológica em grandes volumes de informações e para a difusão de estudos sobre as melhores práticas em hardware, software e a adequação de perfis profissionais”.

O LAB-LD foi instalado em 2007, por intermédio de convênio entre o Ministério da Justiça e o Banco do Brasil, dentro da estrutura do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/SNJ).

Com o sucesso desse projeto piloto, o Ministério da Justiça iniciou em 2009 a replicação do modelo para outros Órgãos Estaduais e Federais. O conjunto destes Laboratórios forma a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-Lab), hoje presente em todos os estados brasileiros.

Inscrições por meio do link:

<https://docs.google.com/forms/d/1k1FQTCmHRvrfVxbPNli2F7JnttrTAjp28gtjsRzAXo/edit?usp=sharing>

Serviço

VII Seminário de Análise Financeira da Rede Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede LAB-LD)

Data: 21 e 22 de agosto de 2018.

Local: Auditório Tancredo Neves (Edifício Sede do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T)

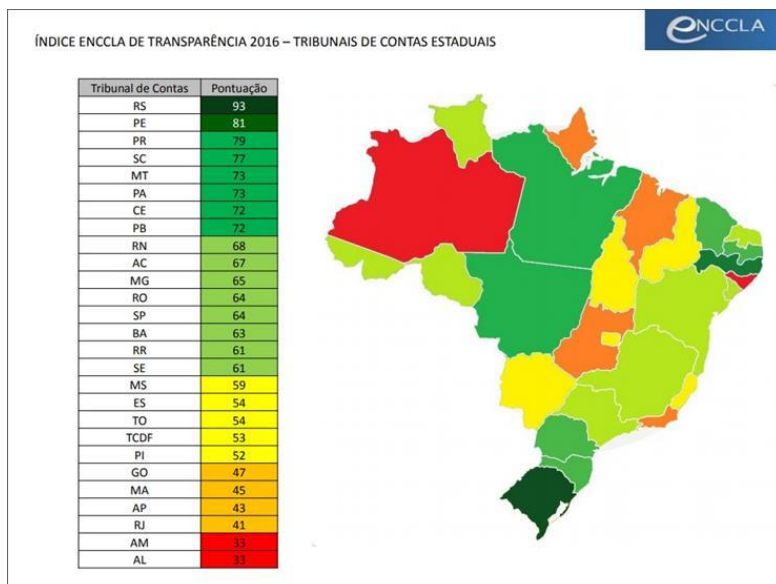
Horário: 9h às 18h

Fonte: Ministério da Justiça, em 16.08.2018.

Tribunal de Contas do Estado do Acre

Enccla promove audiência pública para debater ações de combate à corrupção

Sexta-feira, 10 de agosto de 2018



A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) promoveu, no último dia 31 de julho, a terceira audiência pública para debater ações do Plano Nacional de Combate à Corrupção. O encontro que ocorreu em São Luís no Maranhão, teve como objetivo debater e reunir estratégias para aprimorar o Plano.

A Enccla é uma rede criada em 2003 que destaca diversas ações que promove a articulação para arranjo e discussões em conjunto com os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entidades, instituições e associações para o combate da criminalidade. Uma das ações criadas é o Ranking de Transparência, que avalia diversos órgãos, incluindo os Tribunais de Contas do país.

Tendo como base dados de 2016, o Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC) ficou na décima posição desse Ranking.

Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão

AMPEM participa da abertura do evento público da Enccla na PGJ

Com o objetivo de debater propostas para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção, foi realizado, na última terça-feira, 31, o evento público regional da Estratégia Nacional de Combate À Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.

Representando a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), o presidente, Tarcísio Bonfim, participou do encontro compondo a mesa de trabalhos.

A Enccla é uma rede criada em 2003 que reúne atualmente 95 órgãos e instituições cuja finalidade é construir políticas públicas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

O diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, Luiz Roberto Ungaretti de Godoy, diretor da Enccla, destacou que a reunião possibilita à sociedade civil contribuir no combate à corrupção. "Temos que mostrar para os governantes e, especialmente, para os políticos que temos força e que podemos propor ações concretas, porque estamos cansados desse cenário extremamente negativo", disse.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, lembrou que o Maranhão ostenta os piores indicadores sociais do país, sendo este problema uma consequência direta da corrupção. "É devido a esta prática, que desaparece o dinheiro que deveria estar nas escolas, nos hospitais, na infraestrutura dos municípios pobres deste estado e de outros lugares do Brasil", ressaltou ele.

O evento reuniu membros do Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Federal e Advocacia Geral da União, além de representantes da sociedade civil. Também estiveram presentes na abertura, o corregedor-geral do MPMA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau e presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), José de Ribamar Caldas Furtado.

Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon)

Sociedade civil pode propor ações de combate à corrupção

Hoje é o último para o envio das propostas.

Publicado em 20/08/2018



A sociedade poderá contribuir com sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção, que será lançado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). As propostas podem ser enviadas até o dia 20 de agosto. **Para participar, os interessados devem preencher o formulário disponível aqui.** No documento, é preciso redigir a proposta de ação, justificá-la, dizer quais são os

resultados esperados e indicar o prazo em que ela deve ser implementada. Em seguida, deve-se escolher o eixo e a linha de atuação.

A Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Amcon) participa das ações da Enccla desde 2013. Este ano, o Procurador de Contas de Santa Catarina Diogo Ringenberg faz parte do grupo responsável pela Ação 1: Elaborar e aprovar Plano Nacional de Combate à Corrupção.

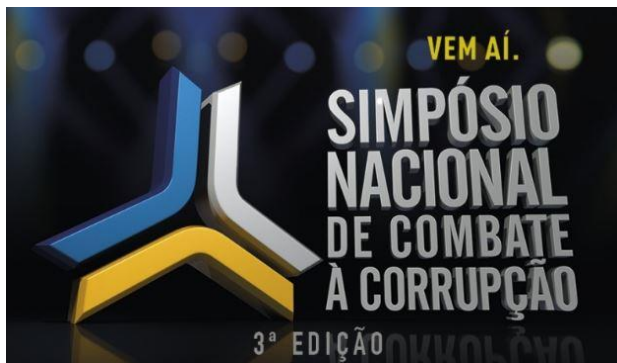
As propostas enviadas pela população são divididas em três eixos: Prevenção (iniciativas para evitar a ocorrência de atos de corrupção), Detecção (ações para melhor identificação e controle de atos de corrupção) e Punição (voltadas à investigação e aplicação de sanções e/ou penas a quem praticou atos de corrupção). E podem se enquadrar nas seguintes linhas: Formação e capacitação de agentes públicos; Estruturação de órgãos/entidades; Implementação de sistemas ou compartilhamento de dados; Produção e divulgação de conhecimento e Normatização/regulação.

A Estratégia Nacional é formada por 90 órgãos dos três Poderes, além do Ministério Público, Tribunais de Contas e sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a irregularidades na administração pública. Entre os resultados alcançados pela Enccla, destacam-se: elaboração de marcos legais para a prevenção e coibição da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado; capacitação de agentes públicos para prevenção desses crimes; e implementação de sistemas de acompanhamento e monitoramento de movimentações financeiras irregulares.

Associação dos Servidores e Funcionários do Comércio do Brasil - ASCOM

[Simpósio Nacional de Combate à Corrupção da BA reúne grandes nomes do Judiciário](#)

Foto: Divulgação



Os maiores nomes da Justiça brasileira, que estão engajados na luta contra a corrupção, estarão reunidos durante os dois dias de debates, palestras e troca de experiências. O III Simpósio Nacional de Combate à Corrupção, de Salvador, contará com nomes como o do juiz federal Sérgio Moro e do ministro do Supremo tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso.

O juiz Sérgio Moro irá palestrar sobre os "4 anos de Lava-jato: reflexões e futuro do combate à corrupção no Brasil" e o ministro Luís Barroso, sobre as "Conquistas democráticas e combate à corrupção".

Além disso, o evento também contará com as palestras: "A Constituição e os gastos públicos", do professor Visitante na Harvard Law School, Marcos Nóbrega; "O combate à corrupção no Brasil e a importância da prisão decorrente de decisão de segunda instância", do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogerio Schietti; e o "Crime institucionalizado - A evolução do crime organizado", do delegado federal, Jorge Pontes.

Também são palestrantes: a professora de Direito Constitucional, Nathalia Masson, que vai abordar a "A competência criminal do STF: decisões e desatinos"; o promotor de justiça de São Paulo, Rogério Sanches, para falar sobre a "A releitura das provas no combate às Organizações Criminosas"; e o ex-presidente da ADPF, Carlos Sobral, "Projeto Prometheus: A inovação na gestão das informações criminais para redução da criminalidade".

O evento será realizado pela regional da Associação dos Delegados de Polícia Federal em Salvador (ADPF-BA), entre os dias 23 e 24, no UCI Orient do Shopping Barra.

Ministério Público do Estado do Ceará - MPCE

GJ cumpre agenda em Brasília com foco no combate às facções criminosas



O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, Plácido Rios, cumpriu agenda em Brasília esta semana e participou de reuniões em que o assunto central era o combate às organizações criminosas, em especial as chamadas facções.

ENCCLA

Na última quarta-feira (15/08), o primeiro compromisso foi na reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), do Ministério da Justiça. Criada em 2003, a Enccla é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, e para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Recentemente, a Enccla criou uma Ação Permanente de Combate às Facções Criminosas e convidou o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), do qual Plácido Rios é presidente, a tomar assento como entidade participante. Além do GNCOC, outros órgãos integram a Ação, como o Departamento Penitenciário Nacional, Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal, entre outros. O objetivo foi discutir métodos e estratégias de combate efetivo às facções criminosas no Brasil.

Centro de Inteligência do Exército

No dia seguinte (16/08), Plácido Rios cumpriu agenda no Centro de Inteligência do Exército, a convite do General de Divisão Ubiratan Poty, chefe da unidade. O objetivo da reunião foi discutir um programa de monitoramento e inteligência dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECOs). O Centro de Inteligência do Exército quer estreitar entendimentos com os GAECOs no sentido de melhor compreender e combater a grave questão das facções criminosas em nosso país.

Atualizado em 01/08/2018

Conselheiro-substituto representa o TCE em discussão do Plano Nacional de Combate à Corrupção



O conselheiro-substituto Antonio Ed Santana representou o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) no quarto evento público regional (Nordeste) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizada na terça-feira (31), no Ministério Público do Maranhão, no auditório da sede da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

“Participamos de importantes debates relativos à construção de estratégias que irão compor o plano nacional de combate à corrupção, construído com o envolvimento de mais de 90 órgãos públicos e entidades responsáveis direta ou indiretamente pelo enfrentamento desse grande que assola a sociedade brasileira”, disse Ed, que também coordena no Rio Grande do Norte o Movimento Articulado de Combate à Corrupção (Marcco).

O evento no Maranhão contou com a participação da sociedade civil, de agentes públicos e cidadãos que foram contribuir com ideias e propostas para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção.

A iniciativa faz parte da Ação 1 da Enccla, coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), juntamente com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério Público Federal (MPF).

As sugestões puderam ser apresentadas nos eixos prevenção, detecção ou punição – para o enfrentamento dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. As propostas recebidas serão validadas pelo grupo de trabalho da Ação 1/2018 da Enccla e serão utilizados como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção. Ao final do ano, em novembro, o Plano será aprovado e apresentado durante a Reunião Plenária Nacional da Enccla.

Enccla - A Estratégia Nacional é formada por 90 órgãos dos três Poderes, além do Ministério Público, tribunais de contas e sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a irregularidades na administração pública. Entre os resultados alcançados pela Estratégia, destacam-se: elaboração de marcos legais para a prevenção e coibição da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado; capacitação de agentes públicos para prevenção desses crimes; e implementação de sistemas de acompanhamento e monitoramento de movimentações financeiras irregulares.

Antes de São Luís, o colegiado já realizou eventos públicos regionais em Curitiba, Belém e em Brasília. Também está disponibilizada uma consulta via internet até o dia 20 de agosto com o objetivo de coletar novas propostas da sociedade. O último encontro está programado para agosto, em Belo Horizonte.



A AMPERN recebeu, no dia 8 de agosto, os dirigentes e representantes dos órgãos e entidades que integram o Movimento Articulado de Combate à Corrupção – MARCCO/RN para reunião mensal. Dentre os temas tratados na pauta da reunião estiveram o planejamento da Semana de Educação para a Cidadania, que ocorrerá na cidade de Caicó/RN, nos dias 12 e 13 de setembro, e o debate sobre o Plano Nacional de Combate à Corrupção, desenvolvido pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, da qual o MARCCO/RN faz parte.

Diário do Porto

Criptomoedas e crimes cibernéticos são tema de palestra no Centro

Publicado em 15 de agosto de 2018



Rafael Narezzi falará sobre o mercado de criptomoedas e como se proteger dos crimes cibernéticos (Foto: Divulgação)

A rápida popularização das criptomoedas, ou moedas virtuais, tem chamado a atenção desde investidores até cidadãos que arriscam suas economias na tentativa de lucrar. O Bitcoin é uma das mais conhecidas criptomoedas e seu valor pode chegar a 27 mil reais num só dia. O preço é determinado pelas regras de mercado e quanto maior a procura, maior o valor.

Além de ser considerado um investimento de alto risco, alerta o Ministério da Justiça, esse tipo de aplicação não é regulado por autoridades financeiras e ainda pode favorecer a lavagem de dinheiro e uso como meio de pagamento de drogas e armas contrabandeadas.

Apesar de estar na mira do governo, o sistema descentralizado, usado comumente pelas criptomoedas, pode servir como uma ferramenta de proteção contra a evolução acelerada dos crimes cibernéticos.

É o que garante a Associação Nacional de Empresas Desenvolvedoras de Blockchain (Anedeb), que promove no dia 22 de agosto uma palestra com especialista internacional para falar sobre 'Cyber Security & Blockchain' no Palácio Itamaraty, no Centro do Rio. Rafael Narezzi também falará como o cibercrime deve evoluir nos próximos anos, paralelo ao blockchain.

"Esse é um tema extremamente importante na atualidade em que estamos vivendo, na qual o cibercrime evoluiu de forma desenfreada. Quero mostrar como esse sistema descentralizado, conhecido como Blockchain, pode ajudar na segurança cibernética, obtendo métodos de autenticação sem a dependência de terceiros", afirma Narezzi.

Ele é estrategista de defesa cibernética com mais de 20 anos de experiência. Mestre em computação forense, cibersegurança e contra-terrorismo pela Northumbria University do Reino Unido, Narezzi também é representante da Anedeb na União Europeia.

No último ano, ele participou de grandes eventos a respeito do tema em países como Inglaterra, Portugal, República Checa (Praga), Singapura, Alemanha (Berlim) e Estados Unidos, além do Brasil. Pela 4CyberSec, Narezzi trabalha especialmente com o setor financeiro, no qual a segurança dos dados é primordial, e atua como consultor sênior para uma organização multinacional de segurança de defesa.

O evento terá início às 14h, no Salão de Leituras da Biblioteca do Palácio Itamaraty, Avenida Marechal Floriano 196 – Centro. A entrada é exclusiva para convidados, mas interessados em assistir à palestra de Rafael Narezzi podem solicitar a participação pelo e-mail contato@anedeb.com.br.

Mais sobre as criptomoedas

As criptomoedas são, na verdade, arquivos digitais que só existem online e não há a possibilidade de rastreamento, pois são produzidas de forma descentralizada por milhares de computadores. A transação econômica de moedas virtuais independe de intermediários, como bancos ou governos. Elas são feitas diretamente entre os negociadores por meio de códigos criptografados chamados '*blockchain*'.

A previsão de especialistas é que nos próximos anos as transações financeiras com esse tipo de moeda cresçam e, juntamente a elas, o risco de fraudes e de lavagem de dinheiro. Daí as autoridades de combate à corrupção colocaram as criptomoedas na mira: estão monitorando a negociação no Brasil para inibir lavagem de dinheiro e uso como meio de pagamento de drogas e armas contrabandeadas.

Combate à lavagem de dinheiro

Ainda de acordo com o Ministério da Justiça, para conhecer melhor esse meio de pagamento, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) elaborou diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de criptomoedas. Um dos produtos desenvolvidos em 2017, a partir da ação da Enccla, foi o levantamento de tipologias de lavagem de dinheiro e corrupção mediante o uso de moedas virtuais e meios de pagamentos eletrônicos.

A ação de identificação de crimes com o uso de moedas virtuais tem continuidade neste ano e conta com a participação de diversos órgãos como a Receita Federal, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras e o Banco Central.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), integrante da Enccla emitiu ofício circular esclarecendo sobre a possibilidade de investimento em criptomoedas. A orientação dada pela instituição aos administradores e gestores de fundos de investimento é que as criptomoedas não podem ser qualificadas como ativos financeiros. Por essa razão, não é permitida aquisição direta dessas moedas virtuais pelos fundos de investimento regulados.

Poucas empresas aceitam essas moedas

Para comprar o Bitcoin o usuário deve instalar um software e seguir as instruções para criar as chaves criptografadas. Assim como o dinheiro físico fica na carteira, o Bitcoin também, só que em uma carteira digital. O dinheiro é transferido em troca da moeda virtual. As operações são anônimas e não podem ser desfeitas.

É possível realizar compras com o Bitcoin, mas a quantidade de empresas que aceitam esse meio de pagamento eletrônico ainda é pequena. Alguns países, como a Suíça e o Japão, já se mostram favoráveis ao uso da moeda.

No Brasil esse meio de pagamento não é regulado. O mais comum é trocar Bitcoin por outras moedas em casas de câmbio.

Fonte: Ministério da Justiça e Anedeb, com Redação

